

**O ensino de música na Educação Infantil frente à Base Nacional Comum Curricular e à Proposta Curricular para a Educação Infantil do município de Montes Claros-MG**

**Comunicação**

**GTE 11 – Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica**

*Tatiane Rocha Matos*

*Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes*

*tatyrochaferreira@gmail.com*

*Raiana Maciel do Carmo*

*Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes*

*raianamaciel@yahoo.com.br*

**Resumo:** Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado que teve como foco analisar a concepção dos(as) professores(as) especialistas em Arte, com formação em música, dos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Montes Claros-MG, sobre os documentos norteadores do ensino de Arte/Música, e compreender em que medida esses documentos orientam a organização do seu trabalho docente. Os documentos selecionados foram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Proposta Curricular para a Educação Infantil do município. Considerando que a pesquisa fundamentou-se na Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Bowe (1992, 1994), este texto aborda reflexões sobre os contextos de influência, da produção de texto e da prática. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa com caráter exploratório, tendo como universo seis professores(as) de Arte com formação em Música da Educação Infantil municipal, os quais responderam a uma entrevista semiestruturada. No contexto da influência, analisou-se a elaboração da BNCC, destacando as tensões políticas e os interesses divergentes que moldaram o documento. No contexto da produção de texto, analisou-se o ensino de música na BNCC/Educação Infantil. Por fim, o trabalho contempla reflexões sobre o contexto da prática sob duas perspectivas: a interpretação da BNCC realizada pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a elaboração da “Proposta Curricular para a Educação Infantil do município de Montes ClarosMG”, e a tradução destes documentos pelos/as professores/as. Conclui-se que a BNCC instiga a área da Educação Musical a repensar o currículo ,questionando não apenas qual ensino de música queremos, mas também por que o queremos.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação Musical. Educação Infantil.

## Introdução

Este trabalho apresenta os resultados de uma dissertação de mestrado em Educação, concluída em março de 2025, que teve como foco analisar a concepção dos (as) professores (as) especialistas em Arte, que possuem formação em música dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIS) do município de Montes Claros-MG sobre os documentos norteadores do ensino de Arte/Música e compreender em que medida esses documentos orientam a organização do seu trabalho docente (Matos, 2025). Os documentos contemplados no trabalho foram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Proposta Curricular para a Educação Infantil do município de Montes Claros-MG.

Considerando que as análises dos processos de interpretação e tradução da política curricular foram realizadas por meio da Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe (1992, 1994), este texto aborda, especialmente, breves discussões sobre os três contextos principais: o contexto de influência, em que foram investigados os processos de concepção e elaboração da BNCC; o contexto da produção de texto, evidenciando a análise do ensino de música na BNCC/Educação Infantil; e, por fim, o contexto da prática, que contempla reflexões sob duas perspectivas: a interpretação da BNCC realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros-MG, expressa na elaboração da “Proposta Curricular para a Educação Infantil do município de Montes Claros-MG e a tradução destes documentos pelo/as professores/as de Arte com formação em Música.

A obrigatoriedade do ensino de Música na Educação Básica foi reafirmada pela Lei nº 13.278/2016, que estabelece que as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro são as linguagens que constituem o componente curricular Arte. Como forma de linguagem presente nas escolas, a Música, ao longo da trajetória da educação brasileira, foi orientada por diferentes documentos, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e, atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC, documento norteador de aprendizagens essenciais para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, figura como a mais recente política educacional relacionada às mudanças curriculares nas escolas brasileiras (Figueiredo; Raspante; Sousa, 2022; Arnhold

e Martins, 2021). A Base constitui-se como documento de caráter obrigatório, homologado em 2017 para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio. Em sua estrutura, define um conjunto de competências e habilidades que, em tese, deve nortear a construção de currículos e, conseqüentemente, a elaboração de propostas curriculares nos âmbitos estaduais e municipais.

Tal política apresenta desdobramentos para o ensino de música devido ao seu caráter obrigatório, suscitando que a área da Educação Musical reflita criticamente sobre este documento. A forma como uma importante política curricular (BNCC) trata a música necessita de maiores reflexões por ter grande influência na prática musical e no planejamento dos/as professores/as, sendo essencial para pensarmos sobre as políticas curriculares para a área.

No que diz respeito ao currículo de música na Educação Básica, os autores Del Ben e Pereira (2019) destacam a ausência de um pensamento curricular especificamente desenvolvido para essa etapa de ensino. Sendo assim, pensar o currículo de Música na Educação Básica é imprescindível, uma vez que a ausência de um pensamento curricular estruturado para essa etapa de ensino ainda se configura como um desafio para as políticas educacionais no Brasil e para a própria área. Pesquisas sobre essa temática contribuem para o desenvolvimento de uma tradição curricular na área da Educação Musical, incentivando reflexões sobre a construção de um pensamento curricular voltado para a Educação Básica.

### **Referencial teórico-metodológico para análise da política curricular**

A pesquisa fundamentou-se na Abordagem do Ciclo de Políticas (Bowe et al., 1992; Ball, 1994). A Abordagem do Ciclo de Políticas é fundamental para compreender de forma aprofundada como as políticas se manifestam em diferentes contextos. Inicialmente, os autores delinearão um ciclo contínuo composto por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática, tendo posteriormente incluído mais dois contextos: o contexto da estratégia política e o contexto dos resultados e efeitos.

O contexto de influência corresponde ao contexto em que as políticas públicas geralmente têm seu início e os discursos políticos são formulados. Nesse contexto, grupos de

interesse competem para moldar a definição dos objetivos sociais da educação e do próprio conceito de educação. É também nesse cenário que os conceitos ganham legitimidade e formam a base discursiva para a formulação de políticas.

Intimamente ligado ao contexto da influência, encontra-se o contexto da estratégia política, em que as políticas são sujeitas a mudanças, ou pelo menos onde o pensamento sobre as políticas pode ser alterado. É aqui que tanto o pensamento quanto o discurso político podem ser influenciados pela ação política.

Por outro lado, o contexto da produção de texto está intrinsecamente ligado à linguagem do interesse público mais amplo. Os textos das políticas são portanto uma representação da política e incluem textos legais oficiais, pronunciamentos oficiais ou comentários formais sobre esses textos, dentre outros. Esses documentos raramente são claros e coerentes; na maioria das vezes são contraditórios. Eles são o resultado de disputas e acordos, à medida que os grupos envolvidos na produção textual competem para controlar as representações políticas (Mainardes, 2018).

O contexto da prática por sua vez, diz respeito onde a política é interpretada e traduzida, refletindo-se nos efeitos observáveis. Nesse contexto, os educadores e outros profissionais têm uma participação ativa na interpretação das políticas educacionais. Suas visões e valores exercem uma influência marcante na tradução dessas políticas (Mainardes, 2018).

Em entrevista Ball (2009) ilustra que a interpretação das políticas envolve questionar: o que exatamente essa política requer de nós? Quais são suas expectativas? Essa tarefa geralmente recai sobre atores com autoridade, como diretores, inspetores e coordenadores, que não só discernem significados, mas também filtram os aspectos menos relevantes das políticas. Já o processo de tradução das políticas refere-se a uma série de processos multifacetados empregados para converter essas expectativas em práticas concretas.

Outro contexto que integra a Abordagem do Ciclo de Políticas é o contexto dos resultados ou efeitos, sendo melhor considerado os efeitos que a política produz, os resultados poderiam ser interpretados também de forma quantitativamente. Nesse contexto, as políticas devem ser analisadas considerando seu impacto e suas interações com as desigualdades existentes (Mainardes, 2018).

Assim, para um melhor entendimento, é necessário explicitar alguns aspectos acerca de como o Ciclo de Políticas se desenvolveu ao longo da pesquisa. Abordou-se o contexto de influência, tendo como via de análise os marcos que o próprio documento da Base estabelece para a sua formulação, além de dialogar com autores que investigaram seus processos de desenvolvimento. No contexto de produção de texto, uma vez que a pesquisa investigou a inserção da música na BNCC, analisou-se o documento, com foco específico na presença da música em todas as etapas da Educação Básica, para depois analisar a etapa da Educação Infantil com maior ênfase.

Já o contexto da prática foi examinado a partir da tradução da BNCC feita pela Secretaria de Educação de Montes Claros-MG, considerando sua obrigatoriedade e as concepções dos professores com formação em música sobre os documentos norteadores da Educação Infantil do município.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada na pesquisa foi definida a partir das particularidades exigidas pelo fenômeno estudado. Assim, os procedimentos e os instrumentos de coleta, a organização e análise de dados constituíram-se a partir dos objetivos propostos e do referencial teórico adotado.

Compreender as concepções e o trabalho docente dos(as) professores(as) com formação em música que atuam nos CEMEIS do município de Montes Claros-MG, à luz dos documentos norteadores da Educação Infantil, direcionou a pesquisa para uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Como procedimentos da pesquisa foram realizadas as pesquisas bibliográfica e documental, bem como uma pesquisa de levantamento.

A pesquisa bibliográfica contemplou trabalhos na área da Educação e Educação Musical em livros, artigos, teses, dissertações e em trabalhos de anais de eventos científicos, nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico. Além do site da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), com foco nos seguintes temas relacionados

às políticas públicas educacionais e curriculares para a Educação Infantil, currículo, e o ensino de Música na Educação Básica.

A pesquisa documental contemplou as legislações brasileiras no âmbito da Educação Infantil, o ensino de Música na Educação Básica e os documentos norteadores de currículo para a Educação Infantil, principalmente a BNCC e a Proposta Curricular de Montes Claros-MG - versão 2023.

Tendo em vista que os/as professores/as que atuam frente ao componente curricular Arte possuem formações diversas nas diferentes linguagens artísticas que o compõem, podendo ser nas áreas de Teatro, de Artes Visuais, de Dança, de Música e também em Educação Artística, foi necessário realizar um levantamento detalhado para identificar quais eram os/as professores/as com formação em música que estavam atuando como especialistas em Arte na Educação Infantil de Montes Claros-MG no ano de 2023.

Considerando os resultados da pesquisa de levantamento, o universo de pesquisa foi constituído por seis professores(as) especialistas em Arte, com formação em música, que atuavam na etapa da Educação Infantil nos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Montes Claros-MG durante o ano de 2023.

Como instrumento de coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os(as) professores(as) de Arte com formação em música que atuavam nos CEMEIs do município de de Montes Claros-MG, além de entrevista informal não estruturada feita com a Diretora técnica-pedagógica da Educação Infantil. Em relação às entrevistas, foram abordados aspectos sobre a formação e a atuação profissional e os seus conhecimentos sobre os documentos norteadores de ensino para a Educação Infantil, bem como a organização do trabalho docente.

No que tange aos procedimentos de organização e análise dos dados, como forma de organizar a pesquisa bibliográfica, os estudos selecionados foram categorizados por meio de quadros organizacionais com base em sua natureza e temas, adotando uma abordagem qualitativa que considerou suas particularidades e contribuições para os resultados deste trabalho. A análise dessas fontes resultou na construção do referencial teórico da pesquisa.

Na pesquisa documental a organização dos documentos coletados também seguiu uma estrutura por meio de quadros organizacionais, agrupando-os por áreas temáticas. Para

organizar os dados provenientes da pesquisa de levantamento, também foi necessário criar quadros. Esses quadros foram desenvolvidos considerando as diferentes linguagens que compõem o componente curricular de Arte, bem como a formação dos/as professores/as. Os dados obtidos por meio das entrevistas foram examinados utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin.

### **Resultados da Pesquisa: Disputas e Traduções da Política Curricular**

No contexto de influência, foram analisados os processos de concepção e elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase nas disputas que marcaram seu desenvolvimento. Observou-se que a construção da BNCC foi atravessada por intensas tensões, tanto nas instâncias internas quanto externas ao governo, revelando a presença de diferentes interesses e perspectivas em disputa ao longo de sua formulação, destacando um cenário em que a BNCC foi concebida não apenas como um documento pedagógico, mas também como um instrumento vinculado à lógica de políticas neoliberais.

Além disso, evidenciou-se que a BNCC reflete desafios estruturais da educação pública brasileira, incluindo a desigualdade nas condições de ensino e aprendizagem enfrentadas por professores e alunos em diversas regiões do país. A partir desta perspectiva, buscou-se analisar a BNCC de forma crítica, expondo as tensões e limitações que permeiam sua formulação e homologação, bem como o que está posto no documento. Ainda no contexto de influência, abordaram-se as disputas relacionadas à presença da Educação Infantil na Base, assim como da Música. Ficou evidente que tanto a comunidade da Educação Infantil quanto a da Música se posicionaram em relação à homologação de uma base nacional curricular, contudo, as contribuições dessas duas áreas não foram efetivamente incorporadas ao documento.

No contexto da produção de texto, foi feita a análise do documento da BNCC, abordando o que está posto para o ensino de música na Educação Básica, com ênfase na Educação Infantil. Para cumprir o proposto, foi realizada, primeiramente, a análise da BNCC para a Educação Infantil, a qual revelou que, embora esteja articulada aos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), foca na operacionalização da estrutura curricular desta etapa, principalmente na definição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Isso desloca a centralidade do planejamento da criança para os objetivos/conteúdos a serem ensinados, impondo uma organização pedagógica centrada

nos objetivos e não nas necessidades e individualidades das crianças. As rotinas e atividades passaram a ser orientadas pela lista de objetivos, afastando-se dos direitos fundamentais da infância, como o convívio, a interação e o direito à brincadeira.

Em relação à presença da música na BNCC nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, foi realizada uma análise dessas três etapas, com o objetivo de oferecer uma visão integrada sobre a presença da música ao longo das diferentes etapas da Educação Básica. Ressaltou-se que foram elaboradas três versões da BNCC, sendo que a terceira, homologada, representou rupturas e retrocessos significativos para a área da Música. As rupturas no ensino de música, evidenciadas ao longo da trajetória da Educação Básica, podem estar diretamente ligadas ao enfraquecimento das disposições curriculares presentes na BNCC. Apesar das contribuições da área epistemológica da Música durante a elaboração do documento, as orientações curriculares permaneceram fragilizadas, sem estabelecer um direcionamento consistente para o seu ensino, além de distanciar-se do entendimento da música enquanto linguagem. Esse cenário reforça a visão do componente curricular Arte como uma única disciplina, com orientações pouco específicas para cada linguagem artística, incluindo a música.

Após a discussão sobre como a música é contemplada em todo documento, a análise foi aprofundada na linguagem da música na Educação Infantil, que constitui a etapa central deste trabalho. A partir, principalmente, da análise do campo de experiência “Traços, sons, cores e formas”. É importante chamar atenção para o fato de que, devido ao caráter mais transversal e inter/transdisciplinar da Educação Infantil, há sinalizações que envolvem a linguagem da música em outros campos de experiência, como “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Contudo, é nesse campo que a música melhor se estabelece.

Foi possível identificar várias limitações, tanto na descrição do próprio campo de experiência, quanto nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC. Os objetivos apresentam uma abordagem fragmentada e excessivamente direcionada às ações docentes, o que restringe as experiências musicais das crianças e falha em promover práticas integradas e significativas.

Além disso, as análises da BNCC para a Educação Infantil, evidenciaram a falta de uma progressão clara no ensino da música e a ausência de uma estrutura lógica para refletir sobre a música na infância, estabelecidas a partir de inconsistências conceituais, redundâncias, bem como numa falta de articulação com a área epistemológica da Música. Termos vagos e repetitivos parecem acompanhar toda a lógica de desenvolvimento do documento, o que compromete a clareza pedagógica, enfraquecendo a potencialidade criativa e expressiva das crianças.

A ênfase excessiva nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento desconsidera o protagonismo infantil, sugerindo um modelo no qual as crianças são tratadas como receptoras passivas, enquanto o/a professor/a assume um papel central, o que contraria os princípios das DCNEIs. Ainda, a visão apresentada pela Base trata as crianças como receptoras passivas de conhecimento, sem reconhecê-las como produtoras de cultura. Essa análise destacou a urgência de uma integração entre o discurso científico e os professores, gestores e famílias para discutir e elaborar propostas curriculares alinhadas à Base, além da necessidade de que os/as professores/as estejam atentos aos conceitos nela propostos, embora nem sempre bem explicados.

Assim, o desenvolvimento de um ensino de música consistente revela-se desafiador, considerando a influência que um documento como a BNCC estabelece no cotidiano das escolas, uma vez que as orientações apresentadas são insuficientes e não atendem às demandas pedagógicas da área. Tal cenário perpetua retrocessos e compromete o estabelecimento da música enquanto linguagem, bem como em experiências significativas para as crianças. Contudo, a existência de uma base comum obrigatória para os currículos instiga a área a refletir sobre o currículo da Educação Básica. Esse movimento, apesar de todas as limitações da BNCC, pode ser visto como um aspecto positivo, pois impulsiona debates sobre o ensino de música na Educação Básica, além de reforçar a necessidade de construção de um pensamento curricular.

Já no contexto da prática, analisou-se, em um primeiro momento, a interpretação da BNCC realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros-MG, considerando a elaboração do documento intitulado “Proposta Curricular para a Educação Infantil do

município de Montes Claros-MG”. Esse documento foi considerado na pesquisa como currículo prescrito, e, assim, analisou-se o que está posto para a música na Proposta Curricular.

A análise do campo de experiência “Traços, sons, cores e formas” foi realizada tendo em vista que, nas entrevistas, os/as professores/as relataram utilizar exclusivamente esse campo em suas práticas. Essa informação também é confirmada em um documento da Secretaria de Educação, que atribui especificamente ao professor especialista em Arte a responsabilidade por esse campo.

Ficou evidente que, assim como na BNCC, a Proposta Curricular também enfrenta problemas conceituais, pedagógicos e educacionais, não mobilizando conhecimentos musicais significativos. Embora inclua elementos como cantigas, brincadeiras e gêneros musicais, essa abordagem é superficial e desconectada das necessidades de desenvolvimento infantil, além de falhar em valorizar de forma significativa a diversidade cultural local. A estrutura dos objetivos, centrada em práticas espontâneas e fragmentadas, carece de progressão pedagógica, resultando em objetivos repetitivos e pouco desafiadores, que não promovem avanços na compreensão da música enquanto linguagem.

A análise dos objetivos evidenciou ainda uma ênfase excessiva em ações como acompanhamento de músicas, categorização e reconhecimento de sons, enquanto conceitos fundamentais como criação, composição e interpretação musical são pouco explorados. A falta de especificidade e direcionamento gera uma falsa impressão de promoção de conhecimentos musicais, enquanto ignora a música como linguagem e prática estruturada. Essa lacuna reflete uma desconexão desde a construção da política e o saber musical, indicando a ausência de diálogo com especialistas da área e com professores/as.

Ainda no contexto da prática, observou-se, por meio de entrevistas com os/as professores/as com formação em música que atuavam nos CEMEI's do município de Montes Claros-MG no ano de 2023, as suas concepções sobre os documentos norteadores do ensino de música na Educação Infantil, bem como esses documentos orientavam o seu trabalho docente. Os/as professores/as, de modo geral, tiveram uma percepção positiva da BNCC, reconhecendo-a como um documento relevante para orientar seus planejamentos, embora nem sempre a utilizem diretamente.

No que se refere à música, os/as docentes identificaram sua presença principalmente nos campos de experiência "Traços, Sons, Cores e Formas" e "Corpo, Gesto e Movimento". Apesar de considerarem interessantes os objetivos e aprendizagens relacionados à música, apontaram que esses poderiam ser mais detalhados e específicos, com diretrizes menos vagas para facilitar sua aplicação prática. Contudo, os/as professores/as também destacaram aspectos críticos, como a integração pouco estruturada da música e a abordagem superficial nos campos de experiência, dificultando a clareza pedagógica.

No que diz respeito à concepção dos/as professores/as sobre a Proposta Curricular, ficou evidente que o maior contato com esse documento permitiu reflexões mais críticas sobre seu conteúdo e sobre a linguagem da música, em contraste com a compreensão mais geral que possuem da BNCC. Assim, emergiram preocupações relacionadas à rigidez na execução dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que limita a autonomia docente e transforma o planejamento pedagógico em um processo técnico, reduzindo a criatividade e o protagonismo dos professores na adaptação do ensino às necessidades das crianças e ao contexto escolar.

Também foram apontadas lacunas na progressão musical entre os objetivos, comprometendo uma abordagem pedagógica estruturada e consistente. Além disso, a integração das linguagens artísticas foi percebida como insuficiente, reforçando a percepção de que a música carece de um espaço devidamente valorizado e fundamentado dentro do currículo.

Por fim, analisou-se de que maneira os documentos norteadores influenciam o planejamento e a práxis pedagógica dos/as professores/as, buscando compreender sua relevância e impacto na organização do trabalho docente. Ficou claro que um dos maiores impactos desses documentos no trabalho dos/as professores/as ocorreu durante o processo de planejamento. Os/as educadores/as são orientados a seguir rigidamente uma estrutura imposta pela Secretaria de Educação, o que limita a flexibilidade e direciona consideravelmente a maneira como o currículo pode ser modelado pelos professores.

No que tange às práxis pedagógicas, os/as professores/as demonstram adaptar suas práticas às exigências da Proposta Curricular de 2023, mantendo a criatividade e a essência de sua formação. A flexibilidade, refletida em abordagens como improvisação, percussão corporal

e integração com a cultura local, torna o currículo mais dinâmico e significativo. No entanto, embora as práticas pedagógicas estejam alinhadas aos eixos da Educação Infantil, elas também focam em elementos rudimentares da música, o que aponta para a necessidade de uma abordagem mais integrada da música, entendendo-a também como linguagem.

É importante refletir também sobre como a utilização do Ciclo de Políticas conduz a uma análise holística das políticas públicas. Assim, foi possível evidenciar como os três contextos se interligam e influenciam uns aos outros. No contexto da prática, ficou claro como as discussões estabelecidas no contexto de influência aparecem, por exemplo, a padronização e fiscalização do trabalho docente. Além disso, também foi possível perceber como a BNCC não é vista apenas como uma base, mas acaba se transformando exclusivamente no próprio currículo.

### Considerações Finais

Este trabalho contemplou resultados de uma pesquisa de mestrado em Educação que teve como foco a análise de documentos norteadores de currículo e as suas interpretações e traduções, tendo como universo a Educação Infantil pública no município de Montes ClarosMG.

Neste sentido, utilizando a Abordagem do Ciclo de Políticas Públicas, o texto evidenciou reflexões sobre os contextos de influência, de produção de texto e da prática.

Analisou-se a elaboração da BNCC, destacando as tensões políticas e interesses divergentes que moldaram o documento. Observou-se que a BNCC reflete desafios estruturais da educação pública e que as contribuições das comunidades da Educação Infantil e Música foram pouco incorporadas, evidenciando limitações conceituais e ideológicas do documento. A análise do texto da BNCC evidenciou uma ênfase excessiva em objetivos fragmentados e

voltados para ações docentes, deslocando o foco das necessidades infantis e fragilizando a abordagem da música como linguagem. A Proposta Curricular Municipal apresenta limitações semelhantes, com objetivos pouco articulados e superficiais, que dificultam o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas. A partir das entrevistas,

verificou-se que os/as professores/as reconhecem a relevância da BNCC para orientar o trabalho, embora apliquem-na de forma adaptada. Eles apontaram a falta de detalhamento e flexibilidade nos documentos, que impõem rigidez no planejamento, limitando a criatividade docente. Apesar disso, mantêm abordagens que valorizam a cultura local e práticas musicais dinâmicas, mesmo diante das restrições curriculares.

Ficou claro que, apesar da inserção da música nas políticas públicas, sua presença efetiva nas escolas depende também do fortalecimento da área no desenvolvimento de um pensamento curricular pensado especificamente para a Educação Básica. Sendo necessário assim, uma legitimação curricular para garantir a presença eficaz da música no currículo escolar. O enfraquecimento da música na BNCC indica ainda, urgentemente, um empoderamento da música no contexto escolar.

Apesar de todas as limitações e problemáticas evidenciadas ao longo deste trabalho em relação à BNCC, é importante reconhecer que a música se faz presente em um documento norteador obrigatório dos currículos. Esse fato instiga a reflexão sobre o ensino de música na Educação Básica, trazendo uma perspectiva de conhecimento musical tanto para a Educação Infantil quanto para as demais etapas da escolarização. Dessa forma, a BNCC impulsiona a área da Educação Musical a repensar o currículo, questionando não apenas qual ensino de música queremos, mas também por que o queremos.

Portanto, a partir desta pesquisa, recomenda-se a realização de estudos que aprofundem as implicações da BNCC no contexto da prática, tanto na elaboração de propostas curriculares, quanto no chão das escolas. É notável como as disposições acerca do ensino de música têm influência na construção desses documentos, bem como na prática dos/as professores/as. Assim, as pesquisas futuras podem contribuir para identificar possíveis lacunas entre as políticas curriculares, o currículo prescrito e o currículo em ação, revelando oportunidades para a consolidação de um pensamento curricular específico para a Educação Básica.

## Referências

ARNHOLD, Débora Tais; MARTINS, Rosemari Lorenz. A Base Nacional Comum Curricular como política pública de equidade: discussões e perspectivas. Formação de Professores em Revista-Faccat, v. 2, n. 1, p. 118-127, 2021. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/formacao/article/view/2184/1347>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BALL, Stephen John. Educational reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen John; BOWE, Richard. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. Journal of Curriculum Studies, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

DEL-BEN, Luciana Marta; PEREIRA, Marcus Vinicius Medeiros. Música e Educação Básica: sentidos em disputa. In: SILVA, Fabiany de Cássia Tavares; FILHA, Constantina Xavier (Org.). Conhecimentos em disputa na Base Nacional Comum Curricular. 1. ed. Campo Grande/MS: Editora Oeste, 2019. p. 189-210. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335797841\\_Musica\\_e\\_Educacao\\_Basica\\_sentidos\\_em\\_disputa](https://www.researchgate.net/publication/335797841_Musica_e_Educacao_Basica_sentidos_em_disputa). Acesso em: 10 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Jacqueline de Sousa Batista; RASPANTE, Ana Luisa; SOUSA, Angélica Camila de. Políticas públicas educacionais para a Educação Infantil. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 5, p. e351464-e351464, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/download/1464/1123>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. Jornal de Políticas Educacionais, v. 12, 2018. Disponível em: <https://ojs.homologa.ufpr.br/jpe/article/download/59217/36164>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MATOS, Tatiane Rocha. Entre o dito e o feito: os documentos norteadores e o ensino de música nos Centros Municipais de Educação Infantil de Montes Claros-MG. 2025. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unimontes.br/handle/1/1983>. Acesso em: [ 01 Abr. 2025].